

HABEAS CORPUS Nº 548.339 - SP (2019/0355647-8)

RELATOR : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**
IMPETRANTE : DEOLANE BEZERRA SANTOS
ADVOGADO : DEOLANE BEZERRA SANTOS - SP0348207
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : MAURICIO LUCIO DA SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de MAURICIO LUCIO DA SILVA, apontando-se como autoridade coatora o Tribunal de Justiça de São Paulo, que negou provimento à apelação defensiva, em acórdão assim relatado (fls. 21-22):

MAURÍCIO LÚCIO DA SILVA foi denunciado por roubo qualificado (concurso de pessoas).

Regularmente processado, acabou sendo condenado ao desconto de 7 anos, 4 meses e 26 dias de reclusão, em regime inicial fechado, mais o pagamento de 17 dias-multa, no piso, por infração ao artigo 157, parágrafo 2º, inciso II, do Código Penal (fls. 229/238).

Descontente com tal desfecho, apela o réu. Pede a desclassificação do delito de roubo qualificado para o de furto. Se assim não for, requer o reconhecimento de que teria tido participação de menor importância no cometimento dos delitos, a fixação da pena-base no mínimo legal, o cômputo da atenuante da confissão espontânea, a redução da fração aplicada na terceira fase do cálculo penal e, por fim, o abrandamento do regime prisional (fls. 286/292).

O recurso foi respondido (fls. 297/305).

O parecer da douta Procuradoria-Geral de Justiça encontra-se a fls. 313/321.

É o relatório.

[...].

Consta dos autos que o paciente foi condenado à pena de 7 anos, 4 meses e 26 dias de reclusão, em regime inicial fechado, mais o pagamento de 17 dias-multa, como incurso no crime previsto no art. 157, parágrafo 2º, inciso II do Código Penal.

Interposta a apelação na origem, a esta foi negado provimento.

Daí o presente *mandamus* em que sustenta a Impetrante, em suma, ser necessária a desclassificação do crime de roubo qualificado para furto ou, assim não sendo, o reconhecimento da menor participação do paciente na empreitada.

Requer assim, liminarmente e no mérito, a fixação da pena-base no mínimo legal, a consideração da atenuante de confissão espontânea bem como da menoridade relativa, a redução da fração aplicada na terceira fase da dosimetria e,

Superior Tribunal de Justiça

por fim, o abrandamento do regime prisional.

É o relatório.

DECIDO.

A concessão de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, somente cabível quando, em juízo perfunctório, observa-se, de plano, evidente constrangimento ilegal.

Esta não é a situação presente, na qual as pretensões trazidas, de desclassificação de crime, nova dosimetria da pena, reconhecimento de confissão, menoridade relativa e abrandamento de regime prisional, são de caráter eminentemente satisfativo, melhor cabendo seu exame no julgamento de mérito pelo colegiado, juiz natural da causa, garantindo-se, assim, a necessária segurança jurídica.

Ante o exposto, indefiro a liminar.

Solicitem-se informações.

Após, ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO

Relator